

A Constituinte

O PMDB vencerá essa disputa com o PFL?

O cargo em jogo é a 1ª vice-presidência da Mesa e o líder do PFL, Lourenço, luta por ele — embora sem o apoio total do partido. Covas tem o PMDB ao seu lado.

Salvo imprevistos de última hora, o PMDB não entregará mesmo a 1ª vice-presidência da Mesa da Constituinte ao PFL. A maioria dos peemedebistas não reconhece o acerto ensaiado entre as lideranças dos dois partidos na Câmara antes da eleição do senador Mário Covas para líder do PMDB na Assembléia. Convencido de que isso caracterizou um impasse, o líder do PFL, deputado José Lourenço, decidiu ontem resolver o problema por conta própria. "Vamos começar a elaborar a Constituição do PFL e de outros partidos e, posteriormente, pedir o referendo popular para ver se o povo fica conosco ou com a Constituição do PMDB e de setores de esquerda", ameaçou Lourenço.

Fazer uma Constituição própria, contudo, não foi a única decisão de Lourenço. Se depender dele, o PFL não participará também de nenhum outro posto na Mesa, caso não consiga a 1ª vice-presidência — e ainda não indicará representantes para presidente e relatores das comissões.

"O PMDB que faça sozinho a nova Constituição", proclamou. Uma verdadeira "declaração de guerra", na opinião de muitos políticos. Mas nem por isso o líder Mário Covas perdeu a calma: amanhã ele pretende definir a Mesa diretora numa reunião com os constituintes do PMDB.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, também procurou ontem acalmar José Lourenço. "O PMDB não quer fazer a Constituinte sozinho", rebateu, garantindo que para a composição da Mesa será adotado o mesmo critério do regimento interno: o entendimento. "A Aliança Democrática já venceu dificuldades maiores e a disputa pela 1ª vice-presidência não justifica nenhuma posição extremada."

Mas se insistir na ameaça de deixar a nova Constituição por conta do PMDB, Lourenço corre o risco de ficar sozinho. "É preferível o partido se encaminhar para um acordo que permita participar intensamente da feitura da nova Constituição", discordou ontem o deputado Saulo Queiroz (PFL-MS). E foi apoiado por Jaime Santana que não concorda com a orientação de Lourenço de não participação da Mesa nem das comissões.



Covas: respeito às bancadas do PMDB.

Tanto Queiroz como Santana temem que o PFL sofra derrotas sucessivas no plenário, se sustentar tal tese. De fato, com 138 constituintes contra os 303 do PMDB, o PFL admite que o partido majoritário vote projeto de resolução facultando a presidência da Assembléia a indicação de membros das comissões. "O regimento interno não oferece sustentação à rebeldia", ponderou Queiroz.

Rompimento

Se a questão não for resolvida a contento para os dois partidos, Ulysses Guimarães ficará, sem dúvida, numa posição incômoda. Foi o próprio Ulysses que, antes da eleição de Covas, pediu aos líderes da Aliança que acertassem uma composição que indicaria o mineiro Humberto Souto, do PFL, para a 1ª vice-presidência — uma espécie de reconhecimento à lealdade que o parlamentar demonstrou quando o substituiu na presidência da Câmara durante o período que se afastou por motivo de saúde.

Antes mesmo da inesperada vitória de Covas, houve uma grande reação do PMDB ao acordo feito por Ulysses — e Covas assumiu a liderança já tendo o problema como herança. E mais: para agravar a situação, mesmo sem dizer publicamente que o fiador do acerto foi

Ulysses, Lourenço passou a declarar que se o PFL for excluído da 1ª vice-presidência "o maior atingido" é o próprio Ulysses.

Muitos frentistas reconhecem que o temperamento "passional e explosivo" de Lourenço pode pôr tudo a perder. Jaime Santana e Saulo Queiroz classificam como "menor" a questão da Mesa, observando que o mais importante é a composição das comissões. "Mas, como Lourenço já antecipou a disposição de não fazer indicações para as comissões, o problema ficou mais difícil de contornar", constatou Santana.

Confirmando o que dizem de seu temperamento, Lourenço repetiu ontem que não aceitará que se prive o presidente da República de influir na Constituinte. "Mas Mário Covas acha que ele não pode influir", constatou. "Parece até que tem como projeto trazer o PRI para o Brasil". "O PRI é o partido que, no México, fraudou eleições, pôe a oposição na cadeia e está no poder há mais de 70 anos. As novas lideranças que emergiram do PMDB querem chegar logo ao poder. O caminho delas para alcançar tal objetivo é adotar o estilo PRI, que não tem sequer adversários".

Na tentativa de salvar Ulysses de posição tão incômoda, o vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, recordou ontem as conversações em que se ensaiou o acordo para concluir que nada foi firmado entre os dois partidos. O próprio senador Fernando Henrique Cardoso e o vice-líder do PMDB, deputado Miro Teixeira, segundo Scalco, procuraram pessoalmente Lourenço para dizer que era impossível concluir o acordo, uma vez que as bancadas peemedebistas estavam contra.

"Nada foi formalizado com o PFL. Houve apenas conversas", garante Scalco. Mas Lourenço insiste e faz ameaças. Que Mário Covas não aceita. Ontem, o líder repetiu claramente que o PMDB não entregará a 1ª vice-presidência ao PFL porque é esse o desejo das bancadas. "Eu desconheço qualquer acordo com esse objetivo", voltou Covas a repetir. "Mas teria sido eu o primeiro a respeitá-lo se efetivamente tivesse sido firmado pelo comando do PMDB".



Sant'Anna: lutando pelos seis anos de Sarney.

COMISSÕES

Tudo depende do PMDB e do PFL. Essa aliança atrapalha.

Enquanto não houver acordo entre o PMDB e o PFL para a Mesa da Constituinte ou então ocorrer o definitivo rompimento das relações da Aliança Democrática, não será possível, segundo entendimento de alguns coordenadores de bancada do PMDB, uma definição de quais cargos caberão ao partido, seja a presidência e relatorias de comissões ou subcomissões constitucionais temáticas.

Sabe-se, apenas, que o PMDB quer ter relatores nas comissões de Ordem Econômica (para onde iria o senador Severo Gomes), Ordem Social (pleiteada pelo senador Teotônio Vilela Filho), Organização dos Poderes (que tem como candidato o deputado Egídio Ferreira Lima), Educação (disputada pelos deputados Arthur da Távola e Hermes Zanetti), e, principalmente, a grande Comissão de Sistematização, que tem dois fortes pretendentes: o ex-líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e o ex-presidente da OAB, Bernardo Cabral.

Apesar dos lançamentos de candidaturas — ontem, o líder do PL na Câmara, Adolfo de Oliveira, lançou-se candidato à presidência da Comissão de Sistematização, concorrendo com o senador Afonso Arinos, do PFL, talvez o único consenso entre os partidos —, a cúpula do PMDB insiste em afirmar que não há definições.

Na reunião de ontem à noite dos coordenadores de bancada com o Líder do partido na Constituinte, Mário Covas tentou-se esboçar uma solução para o volume muito alto de opções de parlamentares pelas comissões de Educação e Ordem Social (já preenchidas completamente) e o excesso, da ordem de 50% sobre o número de vagas disponíveis, para as comissões de Ordem Econômica e de Sistematização.

Ainda entre as candidaturas lançadas para ocupar o cargo de relator nas subcomissões estão: da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais: João Hermann; do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos: Miro Teixeira; do Poder Judiciário e do Ministério Público: Francisco Amaral; da Questão Urbana e Transportes: Antonio Brito; das Comunicações e da Ciência e Tecnologia: Cristina Tavares; e do Sistema Tributário: Fernando Gasparian.

O líder do governo e da maioria, deputado Carlos Sant'Anna, saiu ontem de uma audiência com o presidente Sarney sem mostrar otimismo, mas fazendo uma previsão. Segundo ele, até maio estará firmando o acordo político entre o PMDB, o PFL e outros partidos, estabelecendo a duração do mandato do presidente Sarney. Pessoalmente, o líder acha que prevalecerá o prazo de seis anos previsto na atual Constituição.

Sem comentar as declarações de Sant'Anna, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, afirmou que a próxima instalação das comissões temáticas da Constituinte vai acelerar o debate sobre o mandato de Sarney.

Ulysses reafirmou que o assunto será definido pela Assembléia mas que, pessoalmente, defende o mandato de cinco anos, prazo que considera "razoável" para que o presidente da República "tenha um horizonte com perspectivas para resolver os grandes problemas do País e os seus compromissos externos e internos".

A coincidência de mandatos, defendida pelo PFL para sustentar o mandato de seis anos para o pre-

MANDAIO

A definição será em maio

O líder governista Carlos Sant'Anna e o presidente Sarney acham que até lá estará resolvido o prazo: seis anos.

sidente Sarney, não deve ser encarada com questão dogmática, segundo salientou Ulysses Guimarães. Ele lembrou que os mandatos são autônomos e que a não coincidência de eleições para os diversos cargos ocorre também em outros países.

Já o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) continua insistindo nas "diretas já" e anunciou, ontem, em nota à imprensa, que elaborou sugestão de norma, a ser submetida ao exame da Constituinte sobre a matéria.

Ele quer a convocação do povo para eleger o presidente da República 120 dias depois de promulgada a nova Constituição — o que ele

acredita, mesmo com os atrasos nos trabalhos, ocorrerá a 15 de novembro. A Nação elegerá em 15 de março, segundo seus planos, pela primeira vez depois de 27 anos, o chefe do governo.

Bacelar diz que "ninguém pode negar que o atual governo é de transição, e como tal, terá cumprido plenamente sua tarefa, ao ser promulgada a nova Constituição". Assinado ainda que a isso se acrescenta "a anomalia de um presidente da República eleito por via indireta, quando todos os outros mandatários o foram por voto direto".

O ex-deputado Jorge Carone, do PDT mineiro, também preocupado com o assunto, encaminhou requerimento ao procurador-geral da República, pedindo a manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre a competência da Constituinte para fixar a duração do atual mandato presidencial. Autor de uma proposta de emenda constitucional fixando em quatro anos o mandato do presidente da República, o ex-parlamentar alega não ser competência da Assembléia definir a questão, por estar o mandato de Sarney já definido na Constituição vigente.

Os prefeitos em Brasília, pedindo tributos.

Cerca de dois mil prefeitos e vereadores de todo o País estarão reunidos a partir de hoje, em Brasília, em encontro promovido pela Frente Municipalista Nacional. Dos debates, serão aprovados dois documentos, um tratando especificamente da reforma tributária de emergência e que será entregue ao presidente José Sarney; o outro contendo propostas da Frente Municipalista,

e destinado ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A intenção é que a nova Constituição abrigue as principais proposições da entidade. A abertura do encontro será feita pelo vice-presidente, deputado Vasco Alves (PMDB-ES), no auditório Petrônio Portela, no Congresso Nacional. O presidente da Frente, o governador Orestes Quércia, só participará da reunião amanhã.